



Da produção e consumo às redes de colaboração: as relações do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU) como fomento para práticas agroecológicas

Andrea Costa van Herk Vasconcelos ^I
Geisa Daise Gumiero Cleps ^{II}

Resumo

Este trabalho buscou construir um modelo representativo das relações do CIEPS como agente de transformação social e desenvolvimento local, de maneira a contribuir para as práticas de produção e consumo agroecológicos em Uberlândia (MG). Utilizou-se a vertente do desenvolvimento, como processo de transformação social, para as cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção, apresentando a importância dos agentes de transformação e as redes de colaboração solidárias nesse processo. Os dados permitiram entender questões sobre a comercialização e o consumo dos alimentos/mercadorias agroecológicas, que complementaram os resultados e corroboraram análises pelo tom crítico do referencial teórico. Como resultados, observou-se ser fundamental, que articulações de agentes e redes de colaboração solidárias atuem em circuitos curtos de comercialização para que as relações entre produtores e consumidores sejam ampliadas. Vistas como elementos não oposicionistas no sentido de confrontação, mas atuando no interior do sistema capitalista dominante, as cadeias produtivas solidárias e as formas alternativas de produção vão se materializando por lógicas próprias, priorizando relações sustentáveis de produção e consumo, contudo não impedindo relações mercantis e de troca. Por fim, é fundamental estimular o trabalho solidário e a autogestão para que se alcance transformação e desenvolvimento em formas de produção e práticas cooperativas locais.

Palavras-chave: Produção-Consumo; Circuitos Curtos de Comercialização; Redes de Colaboração Solidárias; Economia Popular Solidária; Agroecologia;

Código JEL: A13; J54; P32.

^I Doutorado em Geografia Humana pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora adjunta da Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN/UFU).
E-mail: andreaherk@ufu.br
<https://orcid.org/0000-0002-9030-5830>

^{II} Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Titular do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia. (IGESC/UFU)
E-mail: gdgumiero@ufu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4783-6863>



From production and consumption to collaboration networks: the relations of the Incubation Center for Popular Solidarity Enterprises (CIEPS/UFU) in promoting agroecological practices

Abstract

This work sought to build a representative model of the relations of CIEPS as an agent of social transformation and local development, in order to contribute to agroecological production and consumption practices in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. The development aspect, understood as a process of social transformation, was applied to solidarity production chains and alternative forms of production, highlighting the importance of transformation agents and solidarity collaboration networks in this process. The data allowed us to understand questions about the commercialization and consumption of foods and agroecological commodities, which complemented the results and corroborated analyses by the critical tone of the theoretical framework. As a result, it was observed that it is essential that articulations of agents and solidary collaboration networks act in short circuits of commercialization so that the relations between producers and consumers can be expanded. Seen as non-oppositional elements in the sense of confrontation, but acting within the dominant capitalist system, solidary production chains and alternative forms of production are materialized by their own logics, prioritizing sustainable relations of production and consumption, but not preventing mercantile and exchange relations. Finally, it is essential to encourage solidarity work and self-management in order to achieve transformation and development in forms of production and practice.

Keywords: Production-Consumption; Short Circuits of Commercialization; Solidarity Collaboration Networks; Popular Solidarity Economy; Agroecology.

Introdução

Romper a barreira e a dicotomia entre rural e urbano, atualmente, constitui-se paradigma que sinaliza verdadeira transformação no meio rural. A extensa variedade de atividades e relações com a cidade, representa a práxis de trabalhadores rurais, que têm se organizado em torno de estratégias criativas para valorizar as relações de produção e comercialização, resultando em melhores condições para sua reprodução social.

Como espaço de produção agrícola e não agrícola, o rural vem se (re)configurando por meio de cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção constituídas por materialidades, por exemplo, pelos princípios da agroecologia que impactam o contexto da soberania alimentar. Considerando que as práticas agroecológicas são de origem camponesa, mas nem toda agricultura



camponesa é agroecológica, enfatiza-se a proposição da agroecologia como técnica, posicionamento político e de resistência, constituindo-se em elementos para capacitação produtiva, autônoma e sustentável das práticas (Saquet, 2014).

Com isso, sinaliza-se não só a diferenciação entre agricultura orgânica e agroecológica, mas também o propósito da relação produção, comercialização e consumo, onde há a conservação dos recursos naturais; a diversificação com manejo sustentável dos solos; e a permanência das famílias produtoras no campo com a independência para comercializar sem a presença de atravessadores. Ademais, entende-se que a agroecologia “é uma escolha”, uma maneira de viver e que, geralmente, se baseia no modelo de trabalho cooperado e solidário para produzir e comercializar alimentos em redes de colaboração solidárias. Há, portanto, a valorização dos saberes e dos “[...] produtos regionais bem como aqueles específicos da estação, instaurando o processo de comercialização como uma ferramenta de aproximação do agricultor com o consumidor” (Betanho *et al.*, 2018, p. 31).

O trabalho coletivo, nesse contexto, representa caracterizações de autogestão e permite que o excedente do processo produtivo seja revertido de maneira cooperativa e solidária em toda a cadeia produtiva. Na ponta do consumidor, ao escolher por produtos chancelados pelas redes solidárias, é possível entender que “[...] o valor por nós dispendido em tal consumo realmente a produção solidária em função do bem-viver de todos que integram as redes de produtores e consumidores” (Mance, 2003b, p. 223).

Nesse sentido, os coletivos que vivenciam a economia popular solidária (EPS) intentam por materializar, por meio da agroecologia, seus propósitos de resistência e emancipação (Betanho *et al.*, 2018; Vasconcelos, 2023). Objetivando fomentar a EPS e atuando como centralidade, universidades buscam mediar relações e articulações que circundam esse universo, caso do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS)/UFU. De maneira orgânica, o CIEPS visa a melhoria das condições de vida de vários coletivos, que não obstante à dependência de políticas públicas sociais e programas de transferência de renda, perpetuam relações com a sociedade, a partir de racionalidades que vislumbrem transformações de toda a natureza no caminho do desenvolvimento local e solidário (Vasconcelos, 2023).

Com o exposto, o objetivo geral deste trabalho é construir um modelo representativo das relações do CIEPS, como agente de transformação social e desenvolvimento local, de maneira a contribuir para as práticas de produção e consumo agroecológicos em Uberlândia (MG). Como objetivos específicos, busca-se entender a vertente do desenvolvimento como processo de transformação social para as cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção; apresentar a importância dos agentes de transformação nesse processo; e identificar como as



redes de colaboração solidárias comparecem como agentes de transformação na prática.

Além desta introdução, a próxima seção – referencial teórico – apresenta o detalhamento de perspectivas que levam às respostas dos objetivos específicos expostos. Na terceira seção, os procedimentos metodológicos são descritos, seguindo-se pela análise dos resultados, as considerações finais e as referências.

Referencial teórico

As cadeias produtivas solidárias e as formas alternativas de produção à guisa do desenvolvimento local e solidário

Contrariando-se o fato de que a “comida foi artificializada” em virtude da sistematização dos fluxos de bens, serviços e informações que transitam pelas cadeias produtivas comandadas pelos “impérios alimentares”, vislumbra-se um aumento considerável de ações elencadas por redes de colaboração solidária, seja no labor, seja no consumo solidário (Ploeg, 2021). As redes de colaboração, nesse sentido, exercem papel fundamental como agentes de cooperação para que cadeias produtivas solidárias e/ou formas alternativas de produção possam elaborar, distribuir, comercializar e estimular o consumo final de mercadorias e/ou serviços (Mance, 2003a).

Atuando no interior do sistema capitalista dominante, as redes agroalimentares alternativas são materializadas por lógicas próprias priorizando relações sustentáveis de produção e de consumo, contudo, não impedindo relações mercantis e de troca (Cassol; Schneider, 2015). No caso da produção agroecológica, a comercialização e o consumo são evidenciados em circuitos curtos de comercialização¹ (Darolt; Lamine; Brandenburg, 2013), não só para a diversificação de alimentos, mas sobretudo para a otimização de todos os processos entre a produção e o consumo. Em outras palavras, a comercialização em circuitos curtos (CC) possibilita a ampliação de relações em que o consumo e o consumidor representam elementos-chave para a sedimentação dos princípios da agroecologia e da EPS.

Tanto no Brasil quanto em outros países, há diversas formas de comercialização de alimentos agroecológicos. Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), por exemplo, apresentam tipologias para comercialização (direta e indireta) de produtos agroecológicos no Brasil e na França, as quais congregam possibilidades e integram laços campo/cidade.



As tipologias para a comercialização em CCs, conforme os autores:

- Venda direta (relação direta entre produtor e consumidor): na propriedade; e acolhida na propriedade. As cestas de alimentos, geralmente, constituem o modelo de venda direta na propriedade. Já, a acolhida, é feita via agroturismo, gastronomia, esporte, entre outras atividades. Há também, a venda direta fora da propriedade, realizada em feiras agroecológicas, lojas de associações de produtores, venda para grupos de consumidores, entrega de cestas em domicílio, venda na beira de estradas dentre outras formas de comercialização.
- Venda indireta (intervenção de um único intermediário entre produtor e consumidor): realizada por lojas especializadas independentes, lojas de cooperativas de produtos ecológicos, restaurantes coletivos e individuais, pequenos mercados de produtos naturais, lojas virtuais e vendas para programas de governo (alimentação escolar).

Contudo, não basta identificar os circuitos curtos de comercialização, é necessário também interpretar os diferentes tipos de redes, se curtas, intermediárias ou longas; concretas ou virtuais; efêmeras ou duradouras, caracterizando e, sobretudo, buscando potencializá-las localmente (Saquet, 2018). Para o autor, essa é uma das premissas de discussão e paradigma reticular do desenvolvimento na abordagem local, pois traz à tona a participação dos sujeitos no processo do desenvolvimento.

Dessa forma, tratar o desenvolvimento local e solidário enseja a prática do trabalho participativo, especialmente no que diz respeito à articulação de agentes de transformação (Saquet, 2018, 2021). Contudo, deve-se atentar para potencializar a identificação dos sujeitos e a definição de soluções com participação e diálogo a partir das singularidades dos coletivos, respeitando o conjunto e as peculiaridades da localidade. Portanto, alçar-se “[...] à valorização dos sujeitos do campo e da cidade, à ativação das territorialidades, à integração universidade-sociedade local”. Nesse processo, é imprescindível envolver lideranças, tais como instituições colaboradoras, equipes interinstitucionais dentre outras (Saquet, 2021, p. 60).

Os agentes de transformação no processo de desenvolvimento local e solidário

Ao analisar o termo desenvolvimento, isoladamente, percebe-se sua complexidade em virtude da variedade de significações ambíguas e difusas, cujas fronteiras são pouco definidas (Siedenberg, 2004). Necessário, portanto, interpretá-lo por sua epistemologia sistêmica e vislumbrá-lo por sua articulação ideológica. Em outras palavras, o mais correto seria relacioná-lo aos processos de mudança, pois as



mais variadas vertentes existentes utilizam-se de adjetivos “[...] imaginando estar definindo o termo com maior precisão com esse recurso” (Siedenberg, 2004, p. 11).

Múltiplas dimensões atreladas à perspectiva histórica possibilitaram seu entendimento com várias caracterizações, dentre elas a de evolução e progresso (Rist, 2008). Espreado-se em vertentes, o termo se configura por interpretações, tais como crescimento/progresso; papel dos agentes; concepção ideológica; elemento e práxis de transformação social; fomentador da sustentabilidade dentre outras (Rist, 2008; Saquet, 2014, 2018; Veiga, 2008).

O desenvolvimento com viés de sustentabilidade, segundo Veiga (2008), traduz elementos de transformação social e, nesse sentido, sua aproximação com a abordagem local. Percebe-se que recortes como inclusão, cidadania, desigualdade, são questões fundamentais e consistem em elementos fomentadores das capacidades humanas nessa vertente do desenvolvimento. Ligadas a ações coletivas, podem gerar possibilidades de melhoria da qualidade de vida de populações, sobretudo se as ações forem pautadas em justiça social.

Corroborando-se em Siedenberg (2004), a perspectiva de que qualquer processo de mudança só ocorre se fomentado por assimilação e adaptação pressupondo uma situação pré-existente. Esta, quando ativada, produz uma consequência posterior configurada pelo desejo de transformação, de transição e de desdobramento revelando uma nova situação. Assim, o processo de desenvolvimento ocorre por mudança qualitativa com indivíduos, organizações e/ou populações (coletividade) e, estes, alcançam “[...] capacidade qualitativamente diferenciada em relação a sua condição anterior” (Siedenberg, 2004, p. 23).

Nesse interim, parte-se da compreensão que as articulações constituídas em redes de colaboração mútua, com participação política efetiva, representam um determinante para a atuação de coletivos e configuram elementos fomentadores essenciais para uma transformação social de fato. A participação popular, nesse sentido, é o sedimento necessário para que se estabeleça uma “[...] gestão territorial dialógica na direção da soberania alimentar e popular”, no intuito de potencializar conhecimentos plurais, valorizando territorialidades e estabelecendo compromissos (Saquet, 2021, p. 69).

Dessa forma, diferentemente do desenvolvimento como crescimento econômico, o desenvolvimento local, sustentável e solidário depende das articulações constituídas pelos “[...] ecossistemas, a participação popular, a justiça social, a recuperação e preservação ambiental, a valorização do saber-fazer popular, o pequeno negócio”, que (i)materializadas nas redes curtas de colaboração e solidariedade, favorecem a qualidade de vida de indivíduos e coletivos tanto no campo quanto na cidade (Saquet, 2021, p. 72).



A importância das redes de colaboração como agentes de transformação na prática

De maneira abrangente, as redes de colaboração solidária têm o propósito de evidenciar e apoiar as cadeias produtivas solidárias e ecológicas, onde a atuação de cada membro “[...] depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais” (Mance, 2003b, p. 220). Nesse quesito, é urgente que as redes com caráter solidário sejam evidenciadas, possibilitando mudanças do modelo produtivista da agricultura para formas alternativas de produção e de consumo.

Contudo, para que isso aconteça é necessário conhecer as lacunas. Nesse sentido, “juntar os componentes” não é garantia para que um modelo alternativo de produção e consumo tenha continuidade e seja estável, é preciso “[...] convencer e mobilizar lutas por alternativas se forem coerentemente coordenados entre si” (Ploeg, 2021, p. 27). Complementa-se em Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), que a existência de uma rede agroalimentar ecológica é campo fértil para que a práxis seja alcançada e, assim, ganhe condições essenciais para que todos tenham acesso a alimentos de qualidade, entretanto, justamente o “[...] acesso é um problema central quando o tema é soberania alimentar” (Meirelles, 2004, p. 12).

No Brasil, é importante salientar que a participação ativa dos Núcleos de Estudos Agroecológicos (NEAs) contribui para a produção do conhecimento e o tecido das práticas agroecológicas. Um exemplo disso, é a existência da plataforma digital Agroecologia em Rede (AeR)², em que os trabalhos articulados dos NEAs, os movimentos sociais e o conjunto diversificado de ONGs, vêm protagonizando uma vasta sistematização de saberes e práticas para o fortalecimento da agroecologia (AER, 2021).

Importante frisar também, que não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo há experiências empíricas bem-sucedidas. Diferentemente do panorama brasileiro, na Europa, é comum que as iniciativas tenham origem nos próprios consumidores que passam a adquirir produtos agroecológicos regionais, é o caso do Grupo de Aquisição Solidária (GAS), em Pisa, Itália (Cassol; Schneider, 2015). Na França, as Associações para a Manutenção da Agricultura Camponesa (AMAP) se destacam pela interação entre produtores e consumidores, onde grupos de consumidores pagam adiantado, mensalmente, pelo total consumido e os agricultores fornecem os alimentos semanalmente. “Desde a criação da primeira AMAP, em 2001, estas se multiplicaram por todo o país, chegando a 750 AMAP, administradas por 30 mil famílias” (Vivas, 2011).

Saquet (2018) oferece alguns elementos fundamentais para que as redes de colaboração solidárias e os projetos baseados em pesquisa-cooperação, especialmente ligados às universidades, tenham resultados promissores e direcionem-se ao desenvolvimento local e solidário. A saber: (1) equipes



multidisciplinares, interinstitucionais e (in)formativas (ONGs, Estado, sindicatos e associações, camponeses e cidadãos); (2) criação e/ou fortalecimento de colaborações técnicas, científicas e formativas; (3) estratégias de luta contra o agronegócio e a atuação (in)operante do Estado; (4) criação e/ou fortalecimento de espaços de aprendizagem, ou seja, estímulos para debates e decisões, mobilização, resistência popular e contra-hegemonia.

Uma das maneiras para reflexões que corroborem práticas sobre o desenvolvimento local seria interpretar os sistemas locais territoriais (SLOT), de acordo com Dematteis (2008). Para o autor, alguns elementos que compõem o SLOT, devem ser observados e estimulados: (1) rede local, estruturada por relações entre indivíduos e/ou coletivos (presentes ou potenciais no território); (2) “*milieu*” local, ou seja, onde a rede atua, considerando recursos materiais e (i)materiais (subjetivos, simbólicos), historicamente construídos ou próprios do local; (3) interação entre a rede local, o “*milieu*” e os ecossistemas locais, que podem (re)significar apropriações simbólicas e/ou materiais e transformações multidimensionais por intermédio de recursos (existentes ou potenciais) no local onde as redes atuam; (4) interação entre a rede local e as redes globais, possibilitando novas configurações para o “*milieu*” local (Dematteis, 2008).

A operacionalidade, nesse caso, representa as relações, as características ou territorialidades articuladas com outros agentes de transformação. Em outras palavras, as articulações presentes representariam a “[...] análise e descrição da realidade e das potencialidades sociais e territoriais já existentes para se construir, a partir disso, os sistemas, ao mesmo tempo, territoriais e sociais” (Dematteis, 2008, p. 35). Nesse entendimento, a próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos para construção das principais articulações presentes no cotidiano dos agricultores familiares camponeses ligados ao Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), evidenciado como recorte de pesquisa para este trabalho.

Metodologia

Com abordagem qualitativa, este trabalho busca compreender, pelo olhar dos sujeitos, o quão importantes são, para eles, as questões propostas para análise. Salienta-se que a pesquisa, aprovada (junho/2022) pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFU), parecer 5.482.749, buscou o CIEPS/UFU como centralidade e objeto de pesquisa. O recorte se faz pela Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia (COOPERSAFRA)³, coletivo assessorado pela incubadora. Além dos membros da cooperativa, no segmento da agricultura familiar camponesa e produtores agroecológicos, outros sujeitos também são participantes da pesquisa, quais sejam, os consumidores da produção agroecológica comercializada na feirinha solidária da



UFU; o próprio CIEPS; técnicos/especialistas que assessoram a COOPERSAFRA; a Comissão Pastoral da Terra (CPT); e os agentes do Estado, Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em nível local.

Foram realizados os seguintes procedimentos: (1) entrevistas semiestruturadas com agentes de transformação locais; (2) questionários com produtores e consumidores da feirinha solidária da UFU. A coleta de dados ocorreu no período compreendido entre 28 de julho e 28 de outubro de 2022. O roteiro das entrevistas (dez) enfocou caracterizações das relações produção-comercialização-consumo. A identificação dos respondentes da pesquisa para efeito da análise dos resultados:

- CIEPS: entrevistada 01; entrevistada 02;
- Técnicos: entrevistado 03; entrevistado 04;
- CPT: entrevistado 05;
- Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU): entrevistado 06; entrevistada 07;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): entrevistada 08; entrevistado 09, entrevistada 10.

Os dados coletados foram transcritos e todos os respondentes participaram das entrevistas, mas nem todas as respostas serviram para a análise. Enfatiza-se que na próxima seção deste trabalho, foram selecionados fragmentos que, efetivamente, auxiliaram na análise dos resultados. No mesmo período (28/07 à 28/10/23), aplicou-se questionário para identificação do perfil socioeconômico dos produtores e consumidores de alimentos/produtos agroecológicos, comercializados na feirinha solidária da UFU, em Uberlândia (MG).

Quanto aos produtores, a pesquisa contou com onze indivíduos, a mesma quantidade de propriedades rurais assessoradas pelo CIEPS. Aos consumidores, aplicou-se o instrumento por amostra não-probabilística e intencional. Foram obtidas 49 (quarenta e nove) respostas dos 60 (sessenta) questionários aplicados. Os questionários (*Google Forms*) foram construídos no intuito de buscar informações (faixa etária, sexo, cor/etnia, cidade/localização da residência, escolaridade, ocupação/profissão e renda média mensal), as quais permitiram entender questões sobre a comercialização e o consumo dos alimentos/mercadorias agroecológicas.

Os dados coletados e analisados permitiram construir o modelo representativo das relações do CIEPS, como centralidade das principais articulações presentes no cotidiano dos agricultores familiares camponeses. O modelo foi construído tomando-se a proposta de SLOT de Dematteis (2008), complementado em Saquet (2018, 2021).



Análise dos resultados

O CIEPS como agente de transformação e sua importância para o coletivo estudado

Institucionalizado, no ano de 2008, pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), o CIEPS/UFU traz à luz oportunidades de geração de trabalho e renda a trabalhadores e trabalhadoras que precisam de assessoramento de uma incubadora solidária. Desde a sua criação, o CIEPS estimula e prepara coletivos populares no propósito de organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da economia popular solidária (EPS).

Em oposição à lógica do capitalismo, o “popular” na denominação da incubadora refere-se à negação da força de trabalho como mercadoria. Foi incorporado por decisão dos próprios trabalhadores, pois “[...] entendeu-se importante frisar que se tratava de apoiar iniciativas produtivas fundadas por trabalhadores, que se tornam gestores e produtores de valor” (Betanho *et al.*, 2018, p. 40-41). Nesse sentido, o CIEPS atua como elemento de conectividade e estímulo para relações em rede de colaboração, buscando criar oportunidades e possibilidades para os coletivos incubados, mesmo contendo simultaneamente o diferente, o divergente ou o oposto, como colocado por Saquet (2014) e Mance (2003b).

Então, falar em marketing com os agricultores, por exemplo, não é falar em marketing, mas é falar em comercialização, em mercados. Dessa forma, a gente ressignifica os conhecimentos, a gente ressignifica o processo, então, a gente também aprende. Sem dúvida alguma, o marketing foi criado para aprofundar a lógica da mercadoria numa sociedade capitalista, mas quem disse que a gente precisa usar dessa forma? O conhecimento está aí, a partir do momento que ele está sintetizado, a gente pode ressignificar, a gente pode dinamizar essas relações, né? (Entrevistada 01, 2022).

Por meio de projetos direcionados, as pessoas que procuram o CIEPS, em coletivos ou não, são chamadas a trabalhar numa proposta autogestionária, sustentável, solidária e cooperada. Para o CIEPS, aportando-se na ideia de sustentabilidade de Mèzáros (2007), o significado do desenvolvimento realmente sustentável, sedimenta-se numa cultura de “igualdade substantiva”, formal e de longo prazo, onde a consciência e a responsabilidade de cada um se faz por participação ativa a partir de trabalho e educação numa perspectiva ampla e “para além do capital”.

A ideia da participação coletiva para o desenvolvimento local, sustentável e solidário também é compartilhado, tomando-se por base os pressupostos de Veiga (2008) e Saquet (2021), além de Siedenberg (2004). “A autogestão, no sentido da



sustentabilidade, é a gente estar no controle dos processos vitais, econômico, cultural e social” (Entrevistada 01, 2022).

Na visão da COOPERSAFRA e como apontam Dematteis (2008) e Saquet (2018, 2021), o desenvolvimento, sustentável e solidário, com premissa territorial, abrange fatores como: (1) satisfação por uma vida mais saudável, onde se produz o próprio alimento sem agrotóxico para consumo próprio e se comercializa o excedente; (2) possibilidade de realizar trocas justas e igualmente importantes no contexto produtor-consumidor; (3) apoio da incubadora no estímulo à comercialização dos alimentos agroecológicos; (4) fomento contínuo na relação agricultor-consumidor e agricultor-incubadora, proporcionando melhor qualidade de vida do coletivo nos aspectos social, econômico, político, cultural e ambiental (Calle; Betanho; Fernandes, 2019).

Atualmente, o CIEPS tem desenvolvido ações de estímulo à produção de sementes crioulas⁴ e mudas, para que de acordo com os técnicos, “[...] daqui cinco ou seis anos, possamos utilizar as próprias sementes e mudas dos produtores e ter, de fato, a certeza de que a produção é 100% agroecológica desde a semente, passando por toda a cadeia” (Entrevistado 03, 2022).

Os agricultores e consumidores como agentes de transformação para o desenvolvimento local

Tomando a feirinha solidária da UFU como espaço de materialização da EPS por meio da agroecologia, conhece-se o perfil socioeconômico tanto dos agricultores quanto dos consumidores, também como agentes de transformação locais. A critério de reflexão, observa-se uma maior concentração de consumidores localizada nas adjacências da feirinha solidária da UFU, bairros Santa Mônica (20 consumidores) e bairro Saraiva (dez consumidores). Os demais bairros, mesmo que mais distantes, detém ainda, uma certa relação de proximidade em relação à feirinha, justificando-se, pois, a premissa de proximidade geográfica e institucional destacada por Saquet (2018).

Cabe salientar, como Dematteis (2008), que o sistema local territorial (SLOT) se constrói a partir do que já existe e, nesse sentido, as territorialidades representam a operacionalidade para que a transformação ocorra e o desenvolvimento seja um processo real e palatável.

A gente ainda tem baixa diversidade de produtos e precisamos oferecer diversidade para começar a mudar os hábitos de consumo da população que se interessa em comprar. Também, precisamos trabalhar mais os valores e princípios da economia solidária e da agroecologia para um consumo consciente, sustentável e solidário. Não que o agricultor deseje vender a alface a R\$5,00 (cinco reais), mas ele precisa ter um valor diferenciado daquele outro produto que tem um tratamento químico e que vai fazer mais mal à saúde (Entrevistada 02, 2022).



A partir disso, apresenta-se a análise dos resultados dispostos em conjunto (produtores/consumidores), possibilitando apontamentos em conjunto.

Sob o olhar socioeconômico

Tanto os produtores quanto os consumidores de alimentos agroecológicos são indivíduos na casa dos 41 anos acima, o que denota consciência e autonomia nas relações para construir racionalidades e outras maneiras de se reproduzirem socialmente. Além da faixa etária, a divisão por sexo tanto dos produtores quanto dos consumidores mostrou-se equilibrada, com leve predominância ao sexo feminino: (i) produtores: 54,5% feminino e 45,5% masculino; (ii) consumidores: 56,7% feminino, 41,7% masculino e 1,7% preferem não responder.

Em relação à cor/etnia, há predominância da cor preta (54,5%) declarada pelos produtores, seguida pela cor branca (36,4%). Nas informações dos consumidores, branca (66,7%) assumiu a predominância, seguida pela cor parda (15%) e, somente depois, os consumidores se declararam pretos (6,7%). Esse fato chama atenção para o tom combinado e desigual do desenvolvimento geográfico no Brasil (Vasconcelos, 2023). Conquanto os problemas estruturais, emanados pela própria constituição da sociedade, a forma excludente dessa mesma sociedade fragmentada atribui de maneira discriminatória a participação de uns em detrimento de outros (Betanho *et al.*, 2018; Vasconcelos, 2023).

Nota-se que os produtores e consumidores apresentam níveis educacionais e escolaridade diametralmente opostos. Enquanto a maioria dos consumidores possui pós-graduação completa, a maioria dos produtores possui ensino fundamental incompleto, seguido de ensino médio completo. Em relação a oportunidades de trabalho e renda, enquanto os produtores se ocupam no setor primário (agricultura), seguido do trabalho doméstico (em casa de outras pessoas), os consumidores são majoritariamente funcionários(as) do governo federal, estadual ou municipal. Importante enfatizar, que o CIEPS possui atuação a partir da UFU e, nesse contexto, evidencia-se um viés para as questões relativas à profissão e escolarização dos consumidores, haja vista que em sua maioria são docentes da universidade.

A disparidade entre a maior e a menor renda média monetária declarada pelos consumidores em comparação aos produtores evidencia lacuna, ressaltando a importância de estudos futuros. A maior renda média monetária informada pelos produtores não passa de dois a três salários-mínimos, enquanto a maior renda média monetária declarada pelos consumidores passa de dez salários-mínimos. No coletivo representado pela COOPERSAFRA há a dependência das rendas monetárias, contudo destacam-se as relações autônomas de produção e de comercialização. Para fins desta pesquisa, adotou-se exclusivamente os valores monetários oriundos das rendas mensais dos produtores e dos consumidores participantes.



Sob o olhar da comercialização e do consumo

O meio rural é o local de trabalho e residência dos agricultores e agricultoras participantes da pesquisa; os alimentos mais produzidos e comercializados são hortifrutis, pancs (plantas alimentícias não convencionais) e ervas, seguidos por doces e quitandas, produtos caipiras e processados, além de produtos caseiros para higiene e limpeza.

A feirinha solidária da UFU representa o circuito curto de comercialização mais evidenciado segundo os produtores. Para a maioria (cinco produtores), a feirinha é o único meio para comercializar a produção. Além desse, também há a comercialização por intermédios programas de governo (dois produtores), das cestas em domicílio (três produtores) e venda na propriedade (um produtor). Todos os meios de comercialização são identificados como circuitos curtos (CC), conforme Darolt, Lamine e Brandeburg (2013). Visualiza-se, com isso, a contribuição do CIEPS no estímulo aos CCs, especialmente pela feirinha solidária da UFU, pois aproxima consumidores de produtores e se justifica como diferencial perante outras formas de comercialização, como em supermercados de médio e grande porte, também em hipermercados de atacado e varejo.

Salientamos, pois, um contraponto, haja vista que os meios de transporte mais utilizados para trazer os alimentos/mercadorias do campo para a cidade são veículos próprios ou o transporte é feito por rodízio de veículos (ora próprios, ora de vizinhos). Em contrapartida, 63,3% dos consumidores não adquirem alimentos/mercadorias agroecológicas somente na feirinha solidária da UFU, o fazem também, em comércios de bairro tipo sacolões e minimercados e em outras feiras agroecológicas/orgânicas espalhadas. Na fala do CIEPS, “[...] a gente precisa fazer o consumidor, na ponta de lá, entender o trabalho do produtor. Porque, não adianta o agricultor fazer tudo direitinho na ponta de cá, se na ponta de lá, o consumidor não dá a devida importância” (Entrevistada 02, 2022).

O consumo consciente é permeado por consumidores que encabeçam os núcleos familiares de maneira pulverizada: 48,3% declararam que a situação permeia o casal; 22,4% declararam ser o homem, a mulher e filho(s) tanto maior(es) quanto menor(es) de 18 anos. Interessante observar, que a(s) mulher(es) e filho(s) compõe a terceira composição de núcleo familiar (10,3%), em relação ao consumo consciente de alimentos/mercadorias agroecológicas.

Importante ressaltar que o potencial criativo emergido da construção de relações próximas é parte do caminho percorrido pelo CIEPS para que a práxis seja mantida e melhorada constantemente. “A gente olha pra trás, foram anos dessa construção, a gente consegue enxergar a evolução desse processo, mas também, a gente precisa dar os próximos passos” (Entrevistada 01, 2022). Assim, o próximo tópico apresenta um modelo representativo das relações do CIEPS, como agente

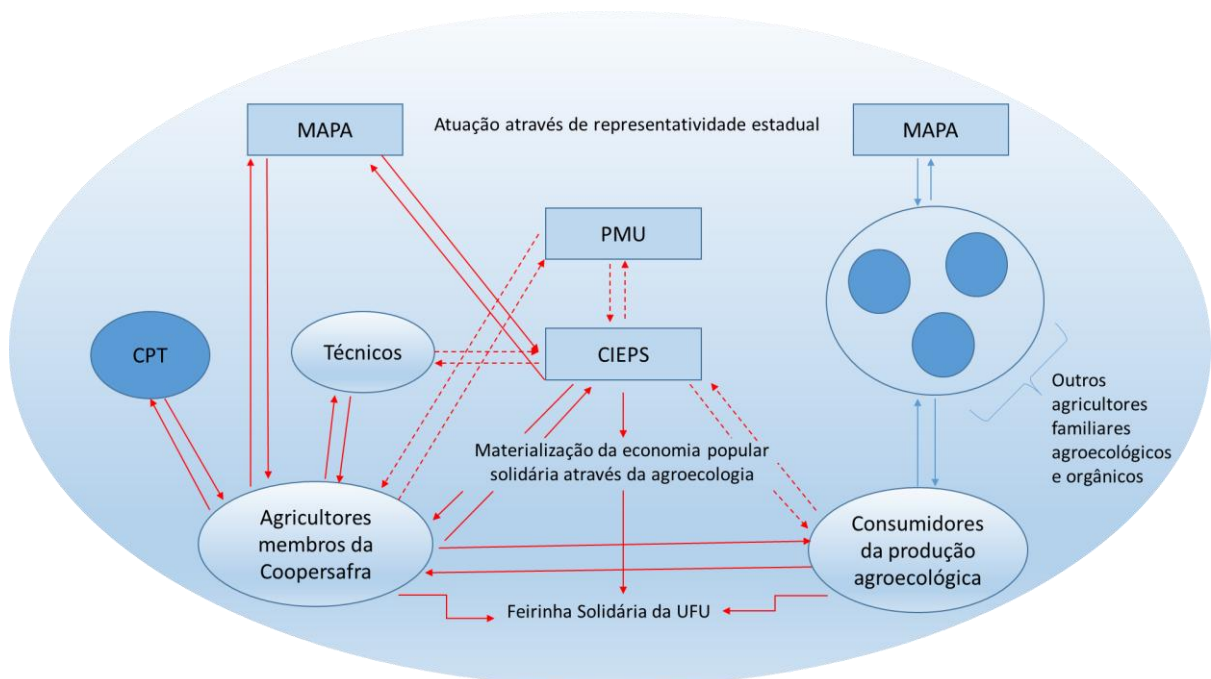
de transformação social e desenvolvimento local, pelo qual espera-se contribuir para as práticas de produção e consumo agroecológicos em Uberlândia (MG).

O CIEPS como agente centralizador e articulador do SLOT em Uberlândia (MG)

Desde o ano de 2013, o CIEPS recebe fomento constante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para atividades ligadas à agroecologia. Como órgão diretivo vinculado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFU), desde a sua institucionalização no ano de 2020, o CIEPS espera melhorar ainda mais sua representatividade no “*milieu*” local. Por meio dos núcleos de estudo em agroecologia (NEAs) vinculados ao CIEPS, espera-se que novas articulações sejam possíveis. “Falar em núcleo de agroecologia dentro e fora da universidade é passar pelo CIEPS. Somos referência, não só para os movimentos sociais, mas também para construções interdisciplinares” (Entrevistada 01, 2022).

Nesse direcionamento, a figura 1 apresenta os principais agentes que se relacionam e comparecem no cotidiano da COOPERSAFRA. Tomando-se a centralidade do CIEPS e as relações emergidas pelo processo da produção, comercialização e consumo que permeiam o cotidiano da COOPERSAFRA, foi-se desenhando as conexões presentes na figura, em relação aos agentes de transformação que detém, ou não, relações próximas e potenciais com os atores sociais estudados.

FIGURA 1 – Principais articulações presentes no sistema local territorial da COOPERSAFRA em Uberlândia (MG)



Fonte: Dados da pesquisa. Org.: Os autores (2022).



Partindo-se da atuação do CIEPS, por isso representado ao centro, entende-se que a feirinha solidária da UFU proporciona a materialidade necessária para que as racionalidades locais sejam evidenciadas. “[...] a feirinha é uma dinâmica importante e todas as tarefas que têm a ver com o processo tanto da produção como da comercialização dos produtos no mercado tem relação com a incubação” (Entrevistada O1, 2022).

Foram evidenciadas em setas vermelhas contínuas as relações mais próximas e sólidas do CIEPS; setas vermelhas pontilhadas representam relações mais distantes e fluidas; e setas azuis as relações com outros grupos sociais. Tanto as relações próximas e sólidas quanto as relações distantes e fluidas foram perceptivelmente identificadas por meio da pesquisa empírica deste trabalho.

As interações da COOPERSAFRA em relação ao CIEPS, aos técnicos, à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), denotam que a identidade do coletivo é preservada e evidenciada por sua construção histórica. Vale ressaltar, que não só o conhecimento popular, mas também a construção histórica do coletivo é enaltecida como memória e ideologia. Ratifica-se o “[...] sentido de pertencimento, as memórias do passado, mas também, e sobretudo, em termos de organização do sistema, isto é, como coesão para o planejamento futuro” (Dematteis, 2008, p. 36).

A CPT, que acompanha o coletivo há anos, enfatiza a história de lutas e suas conquistas como memória. “Não é a pastoral que vai detalhar o que é determinante, são eles próprios, o ápice é a organização deles, se organizaram com o apoio da universidade e estão caminhando” (Entrevistado O5, 2022). Observa-se que as relações sólidas, construídas especialmente, por intermédioda CPT, do CIEPS e dos técnicos que atuam diretamente no cotidiano da COOPERSAFRA, faz com que o sentimento de pertencimento e de valorização das conquistas seja enaltecido.

Por meio de mutirões, que ocorrem geralmente uma vez por semana em sistema rotativo de trabalho, acompanhado por técnicos e membros do CIEPS e do MAPA, percebe-se que há profissionalização, mas muito mais que isso, há também o acolhimento e a atenção pela compreensão de classe e de lugar. Em outras palavras, o entendimento das particularidades do local faz com que a construção da relação técnicos/agricultores seja sedimentada em sentimentos de justiça e base ecológica.

Essa condição, na perspectiva dos técnicos, é a representatividade de um significado “[...] heterocentrado com redes curtas de cooperação e solidariedade, construído pelas pessoas em seus territórios “, dentre outros elementos singulares do desenvolvimento local e territorial (Saquet, 2021, p. 72). “Em um sistema agroecológico de produção a proposta é que a gente cresça junto, evolua, que a gente saia de uma condição daquele que atende às vontades do patrão para se tornar o próprio patrão da sua proposta” (Entrevistado O3, 2022).



Em âmbito nacional, o MAPA dispõe de cinco secretarias e 27 superintendências estaduais nas respectivas unidades federativas, mais o Distrito Federal. Especificamente em Minas Gerais, conforme a entrevistada O8, o MAPA se estrutura a partir da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SAF/MG), sendo que o Núcleo de Suporte à Produção Orgânica (NUSORG/SFA-MG) é o órgão mais próximo da COOPERSAFRA. Cabe destacar, que ações político-práticas também são desenvolvidas pelas Comissões da Produção Orgânica (CPORG), que juntamente ao NUSORG, visam contribuir com suporte técnico e possibilidades de articulação voltados à prática agroecológica.

Percebe-se que partindo de um bom relacionamento, resultados interessantes são conquistados frente aos propósitos da agroecologia e a atuação do coletivo numa via dialógica entre MAPA e COOPERSAFRA. Exemplo disso, é a certificação da produção agroecológica para todos os produtores que compõem o coletivo de agroecologia assessorado pelo CIEPS. Já, com a Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), entendeu-se que as articulações/relações são caracterizadas como mais distantes e fluidas. Na PMU, cabe colocar que as questões relativas à agricultura familiar e à produção agroecológica são representadas pela Secretaria de Agropecuária, Economia e Inovação (SMAEI).

Por meio do Programa de Desenvolvimento de Novos Negócios Rurais (Novo Agro), a SMAEI busca implementar ações para “[...] a produção e a comercialização de negócios rurais nas áreas de agricultura de pequeno porte, agroindústrias de pequeno porte, avicultura caipira, agroecologia, aquicultura, turismo rural e gastronomia de identidade local” (Uberlândia, 2024).

Importante observar uma contradição no que tange o objetivo do Novo Agro, que se alça a relações de proximidade com o agricultor, oferecendo capacitação técnica e possibilidades de geração de trabalho e renda. Por um lado, a SMAEI interessa-se pelo cotidiano dos agricultores, por outro lado parece não oferecer de fato oportunidades para sua emancipação.

A gente não precisa entrar num Atacadão, mas a gente pode tentar de uma outra forma. Na merenda, o Estado paga um preço até bom, mas eles não suportam a ideia de vender mais barato, de negociar, sabe? Para as escolas, existe um preço ali, então, os agricultores acham que aquele preço ali, tem que vender por um preço maior do que está ali, mas é a nossa realidade (Entrevistado O6, 2022).

De acordo com o entrevistado O6, o programa Novo Agro conta, atualmente, com 89 (oitenta e nove) produtores cadastrados dentre os quais, os agricultores da COOPERSAFRA, contudo, percebe-se que a relação entre a cooperativa e a SMAEI se limita ao cadastro e à participação de alguns agricultores, os que têm interesse, em cursos oferecidos pela prefeitura.



[...] a gente dá abertura, a prefeitura tem essa abertura, eles têm e nós também temos uma vontade de incentivar a demanda dos agricultores por mais pontos de venda, por exemplo. Mas, a meu ver, não existe uma sedimentação das relações sociais como existe na feirinha da UFU. Precisamos funcionar em rede e, aí, precisamos organizar isso tudo (Entrevistada 02, 2022).

Desse universo, observa-se que a SMAEI entende a importância da práxis agroecológica, contudo, identificam-se relações menos sólidas haja vista a divergência de posicionamentos político-ideológicos e de resistência. São justamente estes, que conforme Saquet (2014), representam capacitação produtiva, autônoma e sustentável das práticas. Percebe-se que a SMAEI acredita e tenta fomentar a possibilidade de comercialização em circuitos curtos, além da merenda escolar. Para o CIEPS, as iniciativas do Novo Agro são boas, contudo, existem lacunas que, se não contempladas, ficam aquém da realidade do coletivo. “O projeto é bonito, mas a ação não está boa e, assim sendo, não reflete o dia a dia dos agricultores, precisamos conectar todas as pontas da cadeia” (Entrevistada 02, 2022).

Como reflexão, entende-se ser necessário solidificar as relações com os agentes, **especialmente no “milieu” local** com fins a transformações sociais e ao desenvolvimento. É necessário que haja espaços verdadeiramente dialógicos, que permitam a (co)existência de possibilidades contra-hegemônicas e redes alternativas de produção-comercialização, atuando concomitantemente ao sistema econômico capitalista de produção. É notório que se tenha a capacitação de equipes multidisciplinares e formativas, além de estratégias de ação do Estado que vislumbrem espaços de aprendizagem colaborativos, que preservem a história com possibilidades autogestionárias para que as cadeias produtivas e formas alternativas de produção sejam sedimentadas e reproduzidas.

É, no mínimo, intrigante a imagem que estampa as informações do Novo Agro no site da PMU (Uberlândia, 2024), em nada remete à agroecologia (figura 2).

Da produção e consumo às redes de colaboração: as relações do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU) como fomento para práticas agroecológicas

Figura 2 – Capturas de tela para apresentação de ações do Programa Novo Agro - Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação (SMAEI).



Fonte: Uberlândia (2024) - Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação (SMAEI), Org.: Os autores, 2022.

A partir da figura, remonta-se ao fato de que como agente de transformação e mudança, a SMAEI por meio do programa Novo Agro, indica que se proponha mudar a realidade partindo de “[...] sistemas sustentáveis de produção de alimentos” e dando prioridade para a população rural. “Sempre ao lado do produtor, a Prefeitura de Uberlândia inova ao liderar o processo de estudo e desenvolvimento comercial do pó de rocha como remineralizador do solo”, indicando, conforme o website, que estudos de campo estão sendo realizados (Uberlândia, 2024). Contudo, cabe destacar que a identidade do Instituto de Ciências Agrárias (ICIAG)/UFU, membro do CIEPS, vincula como “parceiro”, não como realizador junto da prefeitura. A identidade visual do ICIAG está estampada no canto inferior da página do website destinada às informações sobre a iniciativa.



Sabemos aplicar calcário, mas não sabemos utilizar o pó de rocha, o pó de basalto, por exemplo, ele mexe com o pH ou não mexe com o pH? Então, assim, várias perguntas que, agora, depois de alguns anos pesquisando, a gente está começando a visualizar progressos e a prefeitura está financiando as pesquisas nesse sentido, principalmente com as hortaliças. A prefeitura está fazendo um projeto lindíssimo para definir dose e aplicar esses produtos numa base orgânica e a gente está usando o mínimo possível desse mineral. A gente não está usando nenhum agroquímico nos projetos que estão sendo desenvolvidos junto com a prefeitura, com onze culturas, somente o pó de rocha que é permitido pela agricultura orgânica (Entrevistada 02, 2022).

Pela figura, visualiza-se o espaço da SMAEI (Feira Agroecológica), iniciativa da PMU, para comercializar alimentos/mercadorias agroecológicas, contudo, neste espaço, nenhum membro da COOPERSAFRA comercializa sua produção, cabe a pergunta, por quê? Uma vez que este é um espaço destinado à comercialização e uma iniciativa já existente, como apontado por Dematteis (2008), necessita-se, portanto, que se aprofundeesse entendimento. Ressalta-se que as relações dos agricultores da cooperativa com a SMAEI se limitam à comercialização de produtos/mercadorias para a merenda escolar e a alguns cursos que contemplem conhecimentos, manejo de técnicas de produção e beneficiamento. Portanto, é importante refletir, criticamente, o motivo dessa não comercialização no espaço cedido pela SMAEI, haja vista as questões colocadas neste estudo e a importância de se dizer “não” à hegemonia do sistema capitalista de produção e comercialização, quase que impostas pelo sistema econômico impetrado na e pela sociedade atual.

Conclusão

Por meio de articulações constituídas em redes de colaboração e solidariedade é possível perceber elementos fomentadores para uma transformação social de fato. Assim sendo, este trabalho teve como objetivo geral construir um modelo representativo das relações do CIEPS, como agente de transformação social e desenvolvimento local, de maneira a contribuir para as práticas de produção e consumo agroecológicos em Uberlândia (MG).

Notoriamente, a importância dos agentes de transformação no cotidiano do coletivo evidencia os vínculos de pertencimento e de significância, que representam as potencialidades locais, corroborando assim, para que atuais e novas configurações territoriais sejam colocadas em ação, por meio das relações de proximidade, cooperação e solidariedade. Com isso, entende-se que as articulações dos diversos agentes que circundam o universo da EPS e da agroecologia podem, e devem, estimular possibilidades e oportunidades para novos direcionamentos.

Em resposta à questão do desenvolvimento como processo de transformação social para as cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção,



observa-se ser fundamental, que haja articulações de redes solidárias atuando em circuitos curtos de comercialização para que as relações entre produtores e consumidores sejam ampliadas, e assim, ocorra o fortalecimento tanto da economia popular solidária, quanto da agroecologia. Vistas como elementos não oposicionistas no sentido de confrontação, mas atuando no interior do sistema capitalista dominante, essas modelagens vão se materializando por lógicas próprias, em contextos nacional e internacional, priorizando relações sustentáveis de produção e consumo, contudo não impedindo relações mercantis e de troca.

Quanto à importância dos agentes de transformação no processo de transformação social e do desenvolvimento local, estes, podem e devem oferecer estímulo às articulações constituídas em todas as dimensões que circundam as relações sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais da EPS e da agroecologia. Contudo, sem apropriações ou apreensões como algo simples, como um modismo ou uma tendência, é necessário fomentar ações que levem à emancipação, à construção de novas sociabilidade que corroborem para a (re)significação de hábitos cada vez mais conscientes nesse direcionamento.

Por fim, é perceptível que, quando redes de cooperação comparecem como agentes de transformação, na prática, exprime-se o caráter dialógico e reflexivo das ações. Refletido na resistência das práticas agroecológicas, vislumbra-se o estímulo contra-hegemônico das cadeias produtivas solidárias e formas alternativas de produção com foco no consumidor. Partindo dos circuitos curtos de comercialização, há oportunidades de melhoria do poder aquisitivo do produtor com geração de trabalho e renda, além de especificidades que promovam a racionalidade existente e facilitam a cooperação.

Dentre as limitações deste trabalho, entende-se que a falta de possibilidades para replicação ou referências coletivas e sinérgicas de outros modelos enseja mais aprofundamentos e interpretações. Nesse sentido, sugere-se fomentar/desdobrar em ações, outros projetos de pesquisa-ação englobando este e outros coletivos, além de outros agentes de transformação.

Referências

AER – AGROECOLOGIA EM REDE. Um sistema de informações sobre agroecologia, alimentado por quem a constrói desde os territórios. AER, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br>. Acesso em: 9 jan. 2024.

ANA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Sementes crioulas: verdadeiros patrimônios genéticos. ANA, Campo do Meio, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2022/01/26/sementes-crioulas-verdadeiros-patrimonios-geneticos/>. Acesso em: 16 dez. 2023.



BETANHO, C.; *et al.* Agroecologia para a agricultura familiar camponesa. 4. ed. Uberlândia: Navegando, 2018. (Série Agroecologia: resgatando a vida, 1). Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/producao-cientifica/livros-apostilas-revistas>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CALLE, O. D.; BETANHO, C.; FERNANDES, J. E. Economia solidária e produção agroecológica na visão dos agricultores participantes da feirinha solidária da UFU. *In*: CBA – CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROEGOLOGIA, 11., 2019, Sergipe. Anais [...]. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2019. p. 1-6. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3584/3434>.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, p. 143-177, maio/ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/O102-6445143-177/95>. Acesso em: 9 jan. 2024.

CIEPS – CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES SOLIDÁRIOS. Cieps, Uberlândia: UFU, 2023. Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/1>. Acesso em: 9 jan. 2024.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013. Disponível em: <https://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

DEMATTEIS, G. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. *In*: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

MANCE, E. A. Cadeias produtivas solidárias. *In*: CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 26-28.

MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. *In*: CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. p. 219-225.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004. Disponível em: <https://orgprints.org/id/eprint/17374/1/17374.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MÈSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

PLOEG, J. D. v. d. O sistema alimentar em tempos de covid-19: ensinamentos para o futuro. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 5-32, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/O3066150.2020.1794843>.



RIST, G. The history of development: from Western origins to global faith. 3th. ed. London: Zed Books, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://epdf.pub/the-history-of-development-from-western-origins-to-global-faith.html>. Acesso em: 9 jan. 2024.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas: abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, maio/ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0009>.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p479>.

SAQUET, M. A. Uma geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 54-78, abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i57.8497>.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, ano 2, n. 3, p. 9-26, jan./jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2004.3.9-26>.

UBERLÂNDIA. Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação. Página inicial. Uberlândia: SMAEI, 2024. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/agronegocio-economia-e-inovacao/>. Acesso em: 9 jan. 2024.

VASCONCELOS, A. C. V. H. Territorialidades da economia popular solidária no (des) caminho do desenvolvimento local. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37652>. Acesso em: 9 jan. 2024.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século 21. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIVAS, E. Avançando no cooperativismo agroecológico. 2011. EcoDebate, Campo do Meio, 11 out. 2011. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/10/11/avancando-no-cooperativismo-agroecologico-artigo-de-esther-vivas/>. Acesso em: 9 jan. 2024.



Notas

- ¹ Circuitos curtos de comercialização (CCC) é um conceito de origem francesa, que congrega possibilidades de distribuição de mercadorias em distâncias de até 80 km compreendendo, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor. Na França, diferentemente do Brasil, prioriza-se mais as articulações comerciais (um intermediário) da relação do que a distância geográfica. Há possibilidades de vendas diretas (dentro e fora das propriedades) e indiretas (um intermediário), que podem ser realizadas por meio das estruturas comerciais, a saber: pequenos mercados, cooperativas de produtores e consumidores, restaurantes coletivos dentre outros. Também, é possível existir a comercialização por intermédio programas estatais e institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), geralmente, concretizadas por cooperativas de agricultores (Darolt; Lamine; Brandenburg, 2013).
- ² Plataforma virtual que congrega dados e informações das experiências agroecológicas no Brasil e na América Latina e que, por meio do trabalho amplo e participativo de organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (EITA), promove não só o mapeamento geográfico das experiências, como também estimula a partilha de conhecimentos e fundamentos para o fortalecimento da convergência e do diálogo político e metodológico das experiências agroecológicas ativas (AER, 2021).
- ³ De acordo com o CIEPS (2023), a COOPERSAFRA representa a legitimidade de uma história de luta e resistência dos trabalhadores assentados da reforma agrária. Seus membros também enaltecem sua construção desde a concepção das associações que a originaram. A Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMA), criada em 2009, tinha por objetivo promover a inserção dos agricultores familiares aos circuitos curtos de comercialização, por meio da produção de mandalas agrícolas. Os propósitos da COOPERSAFRA também são membros da Associação de Mulheres Artesãs, Agricultores Familiares e Grupos de Afinidades (AFAGA).
- ⁴ São denominadas sementes crioulas, aquelas sementes geradas e passadas de geração em geração como forma de preservar a agrobiodiversidade para que se tornem cada vez mais adaptadas aos locais de origem. São geradas e preservadas por agricultores e agricultoras familiares de todo o Brasil (ANA, 2022).

Recebido em: 04/02/2024

Aceito em: 17/04/2024